

-----**ATA N.º 7/2013**-----

-----Aos 20 dias do mês de março de 2013, pelas 10h, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Presidente, José Francisco Gomes Monteiro, estando também presentes os Senhores Vereadores: -----

-----José Luís Saúde Cabral;-----

-----João Manuel Duarte;-----

-----Victor Martins Santos;-----

-----António Graça Silva.-----

-----A reunião foi secretariada por Margarida Maria Gonçalves Amaro.-----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião.-----

-----**APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 6/3/2013**-----

-----Foi presente a ata n.º 6, da reunião ordinária do Executivo de 6/3/2013, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para retificação e posterior aprovação.-----

-----**Dispensada a sua leitura, foi a mesma aprovada, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador João Manuel Duarte, por não ter estado na referida reunião.**-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Presidente da Câmara questionou se algum dos Senhores Vereadores tinha algum assunto a colocar perante o Executivo.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** informou que foi aprovado o pedido de adesão ao Programa I do PAEL e foi aceite o Plano de Ajustamento Financeiro, que após a sua publicação será realizado o contrato com o respetivo montante.-----

-----Referiu que irá a uma próxima reunião de Câmara e da Assembleia a consulta às instituições bancárias para a contratualização do capital não coberto pelo PAEL.-----

-----Mencionou que os processos têm tido alguma morosidade e espera que o de Celorico da Beira siga já com os esclarecimentos que têm sido colocados aos restantes Municípios, para não atrasar o processo.-----

-----Referiu que o PAEL contempla as dívidas até 31 de Dezembro de 2011, acrescentando que tal como foi referido em reunião do Executivo e da Assembleia Municipal, o Município foi alvo de um corte pelo facto de alguma dívida estar inscrita em “fornecedores com faturas em conferência”. Situação que foi corrigida pela autarquia, mas acabou por não ser aceite pela DGAL, influenciando o valor que passou a ser 5.292.591,43€.-----

-----Disse que, uma vez que, o montante do PAEL não é o inicialmente proposto, faz com que as dívidas registadas a fornecedores não sejam cobertas a 100%, obrigando a autarquia a recorrer ao montante solicitado em reequilíbrio, para fazer face a esta situação.-----

-----As dívidas a fornecedores a partir de 31/12/2011 terão de ser cobertas pelo montante solicitado em reequilíbrio.-----

-----Referiu que o Departamento Financeiro tem vindo a proceder a uma redução gradual da dívida, procurando liquidar dívida a fornecedores registadas após 30/4/2010 e até 31/12/2012, bem como o Executivo tem procurado fazer uma contenção máxima nas aquisições para que a dívida tenha tendência a reduzir, conforme o ano transato.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** referiu que a faturação da água e saneamento relativa aos meses de Janeiro e Fevereiro tinha sido devolvida às AdZC, bem como a atualização do tarifário, aprovado pela Senhora

Ministra, conforme tinha sido acordado pelos Municípios aquando da reunião realizada na Câmara da Guarda. Mencionou que, nessa reunião ficou acordado que, ao invés de cada um dos Municípios, enviar isoladamente, o seu desagrado, iria ser feita uma ação conjunta.-----

-----Mencionou que o tarifário emitido pela tutela, sustenta tarifas mais elevadas que a atualização feita pela autarquia, que teve somente em conta a taxa de inflação. Referiu que outros sistemas municipais também se mostraram preocupados com a aplicação deste tarifário imposto pela tutela, uma vez que vai criar constrangimentos aos municípios relativamente ao cumprimento da lei dos compromissos.-----

-----É da opinião que as famílias do Interior não podem pagar a água ao mesmo preço das que vivem nos grandes centros urbanos, porque as desigualdades em termos sociais são enormes. Frisou que o valor até poderia ser idêntico, mas os Municípios maiores teriam que auxiliar os mais pequenos.-----

-----Informou que os Municípios reuniram e decidiram propor uma tarifa que seja justa e sirva a todos. Reuniram com a Senhora Ministra, mas o sentido da tutela é que os municípios têm de pagar e cumprir com o que está estipulado, não tendo resultado dessa reunião qualquer entendimento.

-----Referiu que este sistema multimunicipal foi desvirtuado desde o início, quando saiu o Município da Covilhã, logo nessa altura deveria ter sido dissolvido, porque perdeu um interveniente que provocou fortes impactos na subsistência do sistema. -----

-----Relativamente à ação que os municípios intercederam contra as AdZC, encontra-se no Tribunal Administrativo de Castelo Branco, para eventual acordo. No entanto, é da opinião que, contabilisticamente a autarquia deveria acautelar esta situação, porque não se consegue ter uma previsão de quanto tempo irá decorrer até à decisão final. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** relativamente ao assunto AdZC informou que, a autarquia procurou no ano de 2012 reduzir a dívida, bem

como dar cumprimento aos acordos estabelecidos de amortizações de dívida, tendo ainda necessitado de negociar outro acordo referente às faturas não incluídas em negociações anteriores. -----

-----Em suma, a tesouraria procura dar satisfação às dívidas vencidas até à data de 31/12/2012, dando ainda cumprimento às constituídas em 2013, de acordo com as regras de contenção. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** referiu que na última reunião foi apresentado por um munícipe uma situação relativamente a um caminho agrícola, que se encontrava em mau estado. Informou que, de facto, o caminho estava intransitável, a autarquia adquiriu algum material, para uma solução imediata. -----

-----Manifestou também o seu desagrado, por outra situação relatada pelo munícipe presente na reunião, que se prende com o facto de estarem a fazer despejos nas matas. Referiu que existem locais próprios para esse efeito e é inadmissível que existam este tipo de situações, quer sejam da autoria de privados ou empresas. -----

-----Informou que o ecoponto está aberto em horário útil e os privados podem deslocar-se para fazer o depósito, sem qualquer encargo. Caso seja de todo impossível que contactem a Junta de Freguesia ou o Município para fazerem a recolha e respetivo depósito no ecoponto. -----

-----**ASSUNTOS NÃO AGENDADOS**-----

-----Por ter sido reconhecida a urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos foi deliberado, por maioria, incluir na ordem de trabalhos os seguintes pontos: -----

-----**PEDIDO DE TRANSPORTE OU AJUDA FINANCEIRA – HIPOTERAPIA NA CERCIG (GUARDA);**-----

-----**PEDIDO DE DESTAQUE DE UMA PARCELA DE TERRENO:**-----

-----**Requerente: Maria Odete Rodrigues Isabel,**-----

-----**Local: Quinta dos Alhais – Fornotelheiro;**-----

-----GASODUTO MANGUALDE – CELORICO – GUARDA – PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO DE 26/1/2013 A 23/2/2013 – RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE;-----

-----GASODUTO MANGUALDE – CELORICO – GUARDA – PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO DE 2/3/2013 A 23/3/2013 – RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE;-----

-----3.ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DE 2013;-----

-----CONCURSO PÚBLICO RELATIVO À EMPREITADA DA EN16 CELORICO DA BEIRA – LIMITE DO CONCELHO – GUARDA;-----

-----ASSUNTO: APRESENTAÇÃO DE LISTA DE ERROS E OMISSÕES DO CADERNO DE ENCARGOS. -----

-----ORDEM DO DIA-----

-----1. LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO - NOVO REGIME JURÍDICO DA ATIVIDADE EMPRESARIAL E LOCAL E DAS PARTICIPAÇÕES LOCAIS -----

-----ASSUNTO: PARECER DO ROC DA EMPRESA MUNICIPAL CELORICENSE -----

-----Relativamente ao assunto em título, foi presente parecer do ROC da Empresa Municipal Celoricense, dando conhecimento que da análise feita da Lei n.º 50/2012, de 31/8 e de acordo com os dados referentes aos quatro indicadores do artigo 62.º da referida lei, nenhum dos indicadores referidos apresenta valores negativos durante três anos (exercícios) consecutivos, logo, de acordo com a interpretação de Pedro Costa Gonçalves (Professor de Direito da Universidade de Coimbra), não levaria esta Empresa, neste momento, à dissolução de acordo com a citada lei. -----

-----A Câmara tomou conhecimento. -----

-----2. GABINETE DE AÇÃO SOCIAL-----

-----**ASSUNTO: PEDIDO DE SUBSÍDIO - ASSOCIAÇÃO DE SURDOS DA GUARDA - RESPOSTA AO SOLICITADO EM REUNIÃO DE CÂMARA DE 6/2/2013**-----

-----Nos termos do deliberado em reunião de 6/2/2013, foi presente proposta de atribuição de subsídio no valor de 100€ à Associação de Surdos da Guarda. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir um subsídio no valor de 100€ à Associação de Surdos da Guarda “Despertar do Silêncio”.**-----

-----**2.1 ASSUNTO: APOIO SOCIAL SOLICITADO PELO SENHOR JOSÉ DOS SANTOS**-----

-----Foi presente informação do Gabinete Ação Social, com registo n.º 905/2013, datada de 13/3/2013, dando conhecimento que a Junta de Freguesia de Santa Maria informou a autarquia que o Senhor José dos Santos, por ordem judicial, teria deixado a sua habitação, tendo solicitado ajuda à autarquia no sentido de o realojar. -----

-----Foram efetuadas diligências junto da Segurança Social que se disponibilizou a pagar um quarto na Residencial durante três dias.-----

-----Mais informam que no dia 25/1/2013 o Senhor José dos Santos dirigiu-se ao Gabinete de Ação Social para informar que o Senhor António Carvalho lhe tinha cedido a casa pré-fabricada n.º 73, mas sem água, nem luz. Nesta sequência e uma vez que foi informado que a habitação era da autarquia veio solicitar ajuda.-----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** referiu que a autarquia terá que fazer um contrato de comodato com o município para que este possa contratualizar água e luz para a casa, ficando depois o pagamento uma responsabilidade sua.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** referiu que se trata de uma situação de carência, mas a urgência prende-se com o facto de o munícipe não ter as infraestruturas básicas em casa. Assim sendo, nesta reunião irá somente ser analisado esse aspeto, propondo que o Executivo autorize a elaboração de um contrato de comodato, com o munícipe. Noutra ocasião serão estudados os outros pedidos, dentro dos limites do regulamento de água e saneamento do Município. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** é da opinião de que a autarquia deve procurar apoiar este tipo de situações. Mas, a sua questão prende-se com a essência da informação técnica, que acaba com um parágrafo onde não indica o que se pretende ou o que propõem fazer, deixando os Vereadores sem qualquer hipótese de análise do assunto. Frisou que os técnicos da autarquia têm de ter o cuidado de apresentar soluções e propostas.-----

-----Referiu que, no pedido, o munícipe faz referência a outras situações que não estão descritas na informação técnica.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar que seja elaborado um contrato de comodato com o Senhor José dos Santos, relativo à habitação pré-fabricada n.º 73, para que possa contratualizar as infraestruturas básicas de água, luz e saneamento.**-----

-----**3. DIVISÃO DE OBRAS PARTICULARES E MUNICIPAIS –**
SECÇÃO DE OBRAS PARTICULARES-----

-----**ASSUNTO:** CERTIDÃO DE DISPENSA DE LICENÇA DE UTILIZAÇÃO-----

-----**Requerente: Alfredo Ramos – Casas do Rio – Fornotelheiro – Celorico da Beira**-----

-----Foi presente requerimento n.º 930, datado de 5/3/2013, relativo ao processo n.º 11/2013/15, em nome de Alfredo Ramos, pretendendo que lhe

seja emitida uma certidão de dispensa de licença de utilização, para um edifício, sito na Rua do Eirô – Casas do Rio, freguesia de Fornotelheiro, inscrito sob o artigo matricial número 1147, por o mesmo ter sido construído antes de 1981, data da aplicação do Regulamento das Edificações Urbanas, em toda a área do Concelho. -----

-----De acordo com o parecer dos Serviços Técnicos, o Fiscal Municipal deslocou-se ao local verificando que o mesmo terá sido construído antes de 1981. No entanto, na certidão de teor emitida pelos Serviços de Finanças de Celorico da Beira, descreve que a edificação foi inscrita na matriz em 2012. -----

-----**Sendo que a informação do Fiscal Municipal refere que a edificação foi construída antes de 1981, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a petição do requerente.**-----

-----**3.1 ASSUNTO: SUBSTITUIÇÃO DO SINAL B2 - STOP, POR UM SINAL B1 - CEDÊNCIA DE PASSAGEM**-----

-----**Requerente: Teresa Ferrão Cardoso**-----

-----**Local: Entroncamento entre o Caminho Rural do Carril e a EM 557 (Vale de Azares/Celorico da Beira)**-----

-----Sobre o assunto em título, foi presente informação com registo n.º 779, datada de 6/3/2013, dando conhecimento que, após deslocação da Técnica ao local e perante a pouca visibilidade verificada no entroncamento do Caminho Rural do Carril e a Estrada Municipal 557, não lhe parece que tecnicamente seja garantida a necessária segurança rodoviária com a substituição do sinal B2-STOP, por um sinal B1-Cedência de Passagem.----

-----Face ao exposto propõe o indeferimento do pedido, mantendo-se a sinalização aplicada no caminho rural.-----

-----**Nos termos da informação técnica, a Câmara deliberou, por unanimidade, indeferir o requerido.**-----

-----**3.2 ASSUNTO: PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA
"BENEFICIAÇÃO DE CINCO CAMINHOS AGRÍCOLAS NO CONCELHO
DE CELORICO DA BEIRA" - RETIFICAÇÃO DA CLÁUSULA SEXTA DAS
MINUTAS DOS CONTRATOS RELATIVOS ÀS EMPREITADAS DOS
LOTES NÚMEROS 1,2,3,4 E 5**-----

-----Foi presente informação da Secção de Obras Municipais, subscrita pela Jurista, Dr.ª Maria do Céu Louro, com registo n.º 954, de 15/3/2013, dando conhecimento que relativamente ao procedimento de contratação pública acima referido e para cumprimento da Lei n.º 8/2012 de 21/2, deve ser retificado o conteúdo da cláusula 6.ª das minutas dos contratos aprovados em reunião do Executivo de 6/3/2013, devendo constar da mesma o número sequencial do compromisso. -----

-----**Nos termos da informação técnica, a Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a retificação da cláusula sexta das minutas dos contratos relativos ao procedimento de contratação pública "Beneficiação de Cinco Caminhos Agrícolas do Concelho de Celorico da Beira", passando a ter a seguinte redação:-----**

-----**Cláusula sexta -----**
-----**"O encargo resultante deste contrato será satisfeito pela seguinte dotação orçamental em vigor e na qual tem cabimento classificação orgânica: zero dois; classificação económica: zero sete, zero três, zero oito, dotada da importância de 469.189,62€ (quatrocentos e sessenta e nove mil, cento e oitenta e nove euros e sessenta e dois cêntimos), tendo sido associado o compromisso com o número sequencial 14110."**-----

-----**3.3 ASSUNTO: APOIO A PESSOA DE MOBILIDADE REDUZIDA**-----

-----Foi presente informação da Divisão de Planeamento e Urbanismo, com registo n.º 916, datada de 13/3/2013, subscrita pela Eng.ª Elisa

Madeira, dando conhecimento que na sequência da adaptação de uma instalação sanitária para deficientes, em Aldeia Rica, cujos materiais foram comparticipados pela Associação Salvador, foi solicitado pelos pais do menor um donativo para a aquisição de cadeira de rodas para o banho. -----

-----Informa que foi pedido orçamento do modelo de cadeira pretendido cujo valor é 210€. -----

-----Em anexo, foi também presente informação do Gabinete de Ação Social, com registo n.º 944, de 15/3/2013, informando que o agregado familiar em questão é composto por o casal e dois filhos menores, de 6 e 10 anos, sendo o filho mais velho portador de uma doença rara, com um grau de incapacidade de 70%. -----

-----Informam que segundo os critérios de avaliação de situações de carência do Regulamento para Situações de Carência, artigo 3.º, este agregado apresenta uma situação de carência económica, uma vez que a capitação média mensal do agregado familiar em 2011 foi de 154,50€, sendo esta inferior ao salário mínimo nacional em vigor. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** referiu que este caso tinha sido ajudado pela Associação Salvador, no que diz respeito às obras de adaptação, que fez um trabalho meritório, endereçando os parabéns pela forma como estão despertos para estas realidades. -----

-----Referiu que é importante não ser só a Câmara a ajudar, mas que as pessoas tenham consciência que podem recorrer a estas Associações, podendo a autarquia auxiliar na concretização das candidaturas. -----

-----**Nos termos da informação técnica, a Câmara deliberou por unanimidade, atribuir um donativo de 210€, para a aquisição de uma cadeira de rodas para o banho, para o menor Leandro dos Santos Oliveira.** -----

-----**4. SECÇÃO DE CONTABILIDADE E PATRIMÓNIO**-----

-----**ASSUNTO: PROCESSO MEDIDA 1 - "SAÚDE E SEGURANÇA NAS INSTALAÇÕES DESPORTIVAS"** -----

-----**OBRA: "BENEFICIAÇÃO DOS BALNEÁRIOS DO COMPLEXO DESPORTIVO DE VALE DE AZARES"** -----

-----Sobre o assunto em título foi presente informação da Secção de Contabilidade, com registo n.º 1799, datada de 22/2/2013, informando que em cumprimento de despacho do Senhor Vereador António Silva, foi analisado o processo referente à obra de "Beneficiação dos Balneários do Complexo Desportivo de Vale de Azares", comparando os seguintes itens: a) subsídio atribuído em reunião de Câmara; b) despesa prevista *versus* despesa real; c) face à despesa real qual o montante de subsídio pago. -----

-----Desta análise e conforme descrito na informação técnica, com registo n.º 421/2013, em anexo, o valor da obra cifrou-se em 8.076,63€ e não nos 15.102,78€ como previsto, o montante que o Município de Celorico da Beira terá que liquidar era de 3.230,65€ (40%) e uma vez que já liquidou 2.000,00€, encontra-se em dívida 1.230,65€. -----

-----Referiu a Técnica que tendo em conta o despacho do Senhor Vereador António Silva, do dia 13/2/2013, na supra mencionada informação, conclui que o Senhor Vereador queira retificar o valor do subsídio atribuído em reunião de Câmara. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** referiu que houve várias infraestruturas desportivas no concelho que foram beneficiadas recorrendo à Medida I. No caso de Vale de Azares a Associação decidiu não concluir a obra, embora tenham cumprido grande parte do projeto. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que esta situação resultou da análise da especialização das contas. Referiu que foi deliberado atribuir um subsídio no valor de 6.041,11€, ao Grupo Desportivo e Recreativo de Vale de Azares, referente aos 40% da participação do Município, relativa à candidatura à medida 1 – Saúde e Segurança nas Instalações Desportivas.

Informou que o total da obra seria de 15.102,78€, que seriam participados 40% pelo Município, 39,7% pelo IDT e o restante (20,3%) pelo Grupo Desportivo.-----

-----No entanto, como a Associação não concluiu a obra o seu valor cifrou-se em 8.076,63€ e não nos 15.102,78€ como previsto, logo o montante que o Município de Celorico da Beira terá que liquidar será de 3.230,65€ (40%) e uma vez que já liquidou 2.000,00€, encontra-se em dívida 1.230,65€.-----

-----Referiu que, atendendo à natureza do subsídio, o assunto foi trazido a esta reunião para o Executivo decidir se procede à correção do montante em dívida ou se mantem o valor do subsídio inicial. Frisou que conforme a opção escolhida as obrigações das partes serão diferentes e as suas implicações contabilísticas também.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** começou por dizer que gostaria de votar este assunto só depois de ouvir a Associação e saber o porquê de não terem concluído a obra. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** referiu que a Associação executou a maior parte das fases da obra, mas o projeto contemplava outras que decidiram não realizar. -----

-----A questão que se mantem é se o Executivo mantem o subsídio tal como foi atribuído em reunião de Câmara ou, se, aplica a proporcionalidade do subsídio às obras efetivamente executadas.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** propôs que se realize uma reunião com a Associação para saber quais as suas intenções relativamente a esta obra, se pretendem concluir a obra, ou, se, o que executaram já satisfaz as suas necessidades. -----

-----A Câmara deliberou retirar o assunto, para ser analisado numa próxima reunião, depois se ser efetuada uma reunião com Grupo Desportivo e Recreativo de Vale de Azares, para esclarecerem o que pretendem fazer, relativamente à obra “Beneficiação dos Balneários do Complexo Desportivo de Vale de Azares”. -----

-----**4.1 ASSUNTO: AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS - REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DE 19/12/2012 E APROVAÇÃO DA AVALIAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS** -----

-----Foi presente informação do Património, com registo de entrada n.º 811, datada de 7/3/2013, dando conhecimento que não é possível dar cumprimento ao teor da deliberação de Câmara de 19/12/2012, relativa ao assunto em epígrafe, uma vez que a reavaliação dos imóveis pela Repartição de Finanças, nos termos do art.º 15.º, do D.L. n.º 287/2003, tem que ser requerida no prazo de trinta dias a contar do terceiro dia posterior ao do registo da notificação, tendo este prazo expirado para o imóveis constantes da listagem em anexo à presente informação. Mais informam que consolidada a avaliação, só poderá ser alterada decorrido um prazo de 3 anos sobre a data que produziu os seus efeitos. -----

-----Face ao exposto e na impossibilidade de dar cumprimento ao deliberado, propõem a revogação da deliberação de Câmara e da Assembleia Municipal relativas à reavaliação de imóveis. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que considera os valores apresentados, em alguns casos, elevados, e, uma vez que já não pode ser pedida a reavaliação, alertou a Secção de Património para estarem atentos às datas e prazos de forma a poderem alertar o Executivo em tempo útil.----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que fazendo fé no conteúdo da informação, efetivamente não há qualquer hipótese de reavaliação dos imóveis. Mas, esta situação revela que estes bens imóveis estão

sobreavaliados, o que leva a concluir que todo o património particular também o vai ser. -----

-----Nesta sequência, propôs que seja feito um manifesto dirigido ao Chefe da Repartição de Finanças de Celorico da Beira, a comunicar o desagrado deste Executivo perante os critérios de avaliação adotados e colocados em prática no nosso concelho, que se estão a revelar desadequados à realidade.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** concorda com a proposta do Senhor Vereador Victor Santos e recordou que já havia sido feita pelo Senhor Vereador António Silva, proposta de teor idêntico, na reunião da Assembleia Municipal, onde foi apresentado o assunto. -----

-----Reiterou que se dê também conhecimento aos Municípios do Distrito.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade:** -----

-----**Revogar a deliberação de Câmara do dia 19/12/2012, relativa à reavaliação dos imóveis;** -----

-----**Aprovar a avaliação dos bens imóveis, apresentados em lista anexa;** -----

-----**Remeter o assunto à Assembleia Municipal para revogar a deliberação relativa à reavaliação e votação a avaliação dos bens imóveis;**-----

-----**Endereçar missiva à tutela, através do Chefe de Finanças da Repartição de Celorico da Beira, manifestando o desagrado do Executivo de Celorico da Beira, pela clara e inequívoca sobrevalorização do património imóvel da autarquia, efetuado com base nos critérios de avaliação do CIMI, revelando que estes critérios não estão adequados à realidade do Município, quer no que concerne às avaliações dos bens públicos, bem como dos bens dos particulares.**-----

-----**5. CENTRO DE ALCOÓLICOS RECUPERADOS DA GUARDA**-----

-----**ASSUNTO: PLANO DE ATIVIDADES 2013 - PEDIDO DE
COMPARTICIPAÇÃO**-----

-----Nos termos do deliberado em reunião de 6/2/2013, foi presente proposta de atribuição de subsídio no valor de 250€ ao Centro de Alcoólicos Recuperados da Guarda.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir um subsídio no valor de 250€, ao Centro de Alcoólicos Recuperados da Guarda.**-----

-----**6. SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS**-----

-----**ASSUNTO: RATIFICAÇÃO DE PROTOCOLO**-----

-----Foi presente informação da Secção de Recursos Humanos com registo n.º 918, de 13/3/2013, remetendo para ratificação, nos termos da lei, o protocolo celebrado entre a Eólica da Lomba, S.A, o Município de Celorico da Beira e as Juntas de Freguesia da Rapa e de Prados, que se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que a assinatura deste protocolo pressupõe a entrega de um montante de 33.500€, que terão que ser aplicados na realização de obras de carácter social e cultural e/ou contribuições a entidades que prossigam fins dessa natureza. Nesta sequência, propôs que o Executivo perspetivasse a forma de aplicação desta receita, sugerindo a requalificação do cemitério de Celorico Gare.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** referiu que, embora também considere a requalificação do cemitério urgente e muito importante, considera que a verba poderia ser destinada à requalificação do arruamento e conclusão das infraestruturas da biblioteca municipal.-----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** também é da opinião que quer uma obra quer outra são importantes para o concelho, apontando como hipótese um espaço museológico onde possa ser exposto todo o material recolhido em S. Gens/Concelho.-----

-----Considera que a proposta do Senhor Presidente é muito válida, na medida em que poderia ficar concluída a infraestrutura e o espaço envolvente. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** começou por tecer algumas considerações sobre o protocolo. -----

-----Em primeiro lugar, pretendeu saber porque é que o protocolo vinha a esta reunião para ratificação, quais foram as condições excecionais e urgentes, que obrigaram à sua assinatura; -----

-----Questionou também como é que foi acordado o valor de 33.500€;-----

-----Por último, referiu que na reunião de Câmara do dia 20/2/2013, foram aprovadas, com o seu voto contra, determinadas condições que não figuram neste protocolo. Foi uma deliberação unilateral, mas mesmo assim deveria estar refletida neste protocolo.-----

-----Questionou também se a autarquia está a fiscalizar e irá fiscalizar no futuro a ação desta empresa, porque como é evidente, para todos, existem sempre impactos ambientais negativos neste tipo de estruturas.-----

-----Em resposta o Senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que a obra está a ser acompanhada pelos técnicos do município, que fazem relatórios de fiscalização da obra. -----

-----Quanto à questão dos 33.500€, esclareceu que esta verba foi atribuída pela empresa e não houve qualquer negociação porque é um donativo, o que está previsto em termos de receita para a autarquia, são os 2,5 % sobre a faturação. -----

-----Esclareceu que no final da obra irão ser retificados por parte da empresa todos os danos provocados nas vias rodoviárias, provocados pelo acesso ao parque. -----

-----Quanto à urgência, disse que se prendeu com o facto de as Juntas de Freguesia quererem uma resolução célere, para que a empresa não se desvinculasse do compromisso da doação do 33.500€, que face às necessidades atuais é vantajoso para todos. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** frisou que uma coisa é o que a lei diz, outra é a prática que tem sido corrente nos outros parques eólicos, onde, efetivamente se registam aspetos negativos na sua exploração. Nesta sequência considera que deveriam ser contempladas neste protocolo, e aqui teria toda a lógica que figurassem e, não, na declaração de interesse municipal, como foi feito, as condições impostas aquando dessa deliberação. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** relativamente à urgência referiu que a empresa demonstrou disponibilidade para efetuar a assinatura do protocolo e foi o que aconteceu. Referiu que legalmente o Senhor Presidente da Câmara está habilitado para o fazer. -----

-----Frisou que o Executivo em exercício atestou que todas as condições estavam asseguradas para a assinatura deste protocolo. -----

-----**A Câmara deliberou por maioria, com um voto contra do Senhor Vereador Victor Santos, aprovar a ratificação, nos termos da lei, do protocolo celebrado entre a Eólica da Lomba, S.A, o Município de Celorico da Beira e as Juntas de Freguesia da Rapa e de Prados.** -----

-----**7. TRANSPORTES ESCOLARES - PREVISÃO PARA O ANO LETIVO 2013/2014**-----

-----De acordo com o estabelecido no n.º 3, do art.º 4.º, do Decreto-Lei n.º 299/84, o Plano de Transportes Escolares tem de ser aprovado pela Câmara Municipal até ao dia 15 de Abril de cada ano, documento que se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o Plano de Transportes Escolares, para o ano letivo 2013/2014.** -----

-----**8. PEDIDO DE TRANSPORTE OU AJUDA FINANCEIRA – HIPOTERAPIA NA CERCIG (GUARDA)** -----

-----Na sequência da deliberação da reunião de Câmara do dia 6/2/2013, foi presente informação do Gabinete de Ação Social, com registo n.º 963, de 18/3/2013, dando conhecimento que: -----

-----As sessões de hipoterapia estão a ser comparticipadas à CERCIG, pela DREC, no âmbito do apoio à unidade de multideficiência, mas o transporte terá que ser assegurado pela utente; -----

-----A ULS da Guarda não tem protocolo com a CERCIG no que respeita a sessões de hipoterapia; -----

-----A Segurança Social comunicou, após solicitação por parte da autarquia, que a jovem já se encontra devidamente apoiada por prestações sociais, nomeadamente abono de família, bonificação por deficiência e subsídio à 3.ª pessoa. -----

-----Nesta sequência, somos de parecer que se deve conceder apoio financeiro, para que a menor possa frequentar 2 vezes por semana as referidas sessões. Sendo o valor do transporte efetuado pelos Bombeiros de 26,52€. Assim, o valor global estimado para o transporte da menor até julho de 2013 é de 1.379,04€, sendo que os dias que não possa frequentar não serão pagos, ficando a encarregada de educação da menor de apresentar os comprovativos da frequência das sessões, bem como no final de cada mês o recibo referente ao transporte efetuado. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** esclareceu que foram contactadas todas as instituições, mas não conseguiram qualquer tipo de apoio adicional. Foi solicitado aos Bombeiros Voluntários uma redução no valor do transporte, que segundo a direção iria ser analisada em reunião e caso fosse votada favoravelmente seria o contributo desta Associação para a menor e para ajudar a diminuir a despesa da autarquia. -----

-----**Nos termos propostos pela informação técnica, a Câmara deliberou, por unanimidade, efetuar o pagamento do transporte da menor Melissa Maria Martins Almeida, a duas sessões, por semana, de hipoterapia, na CERCIG – Guarda, até julho de 2013, num valor global estimado de 1.379,04€, sendo que os dias em que a menor não possa frequentar não serão pagos.** -----

-----**9. PEDIDO DE DESTAQUE DE UMA PARCELA DE TERRENO** -----

-----**Requerente: Maria Odete Rodrigues Isabel**-----

-----**Local: Quinta dos Alhais – Fornotelheiro** -----

-----Foi presente requerimento interno n.º 864, datado de 23/01/2013, referente ao processo n.º 8/2013, em nome de Maria Odete Rodrigues Isabel, pretendendo efetuar um destaque de uma parcela de terreno, localizada fora dos perímetros urbanos, de acordo com o PDM em vigor. ----

-----Assim sendo e segundo a informação técnica, em conformidade com a legislação em vigor, nomeadamente no n.º 5, do art.º 6.º, do DL n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo D.L. n.º 26/2010, de 30 de Março e o ponto 2 do art.º 17.º, do Capítulo III, do Regulamento Municipal de Administração Urbanística e de Edificação do Concelho de Celorico da Beira, a parcela de terreno a destacar cumpre a seguinte condição:-----

-----1. A parcela a destacar contempla a área de 7502.15m² e a área sobranete é de 32704.05m²;-----

-----2. A parcela de terreno a destacar cumpre cumulativamente as seguintes condições:-----

-----a) Que na parcela destacada só seja construído edifício que se destine exclusivamente a fins habitacionais e que não tenha mais de dois fogos; -----

-----b) Que a parcela restante respeite a área mínima fixada no projeto de intervenção em espaço rural em vigor ou, quando aquele não exista, a área de unidade de cultura fixada nos termos da lei geral para a região respetiva.-----

-----A contagem do ónus do não fracionamento de outra parcela, do mesmo prédio, decorre no prazo de 10 anos e inicia-se a sua contagem após o registo predial sobre as parcelas resultantes do destaque, sem o que não pode ser licenciada ou comunicada qualquer obra de construção nessas parcelas, de acordo com o ponto 7, do art.º 6.º, do D.L. n.º 555/99 de 16 de Dezembro com as alterações introduzidas pelo D.L. n.º 26/2010 de 30 de Março. -----

-----**Após análise do parecer dos Serviços Técnicos, relativo ao processo 8/2013, a Câmara deliberou, por unanimidade, deferir a pretensão da requerente, autorizando o destaque de uma parcela de terreno, com a área de 7502.15m².** -----

-----**10. GASODUTO MANGUALDE – CELORICO – GUARDA – PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO DE 26/1/2013 A 23/2/2013 – RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE**-----

-----Foi presente ofício da empresa Soares da Costa, com registo de entrada n.º 708, de 18/1/2013, a solicitar licença especial de ruído, para a execução do Gasoduto Mangualde – Celorico – Guarda, nas datas de 26/1/2013 a 23/2/2013.-----

-----Sobre o assunto e em conformidade com as informações técnicas, foi proferido despacho do Senhor Presidente da Câmara com o seguinte teor:

“Deferido nos termos dos pareceres técnicos em anexo, com exceção do ponto 3.” -----

-----A Câmara, nos termos da lei, deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara com o seguinte teor “Deferido nos termos dos pareceres técnicos em anexo, com exceção do ponto 3.” -----

-----**11. GASODUTO MANGUALDE – CELORICO – GUARDA – PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO DE 2/3/2013 A 23/3/2013 – RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE**-----

-----Foi presente ofício da empresa Soares da Costa, com registo de entrada n.º 1519, de 15/2/2013, a solicitar licença especial de ruído, para a execução do Gasoduto Mangualde – Celorico – Guarda, nas datas de 02/03/2013 a 23/03/2013.-----

-----Sobre o assunto e em conformidade com as informações técnicas, foi proferido despacho do Senhor Presidente da Câmara com o seguinte teor: “Deferido nos termos do parecer técnico em anexo e em conformidade com o parecer da Chefe de Divisão”. -----

-----A Câmara, nos termos da lei, deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara com o seguinte teor “Deferido nos termos do parecer técnico em anexo e em conformidade com o parecer da Chefe de Divisão”. -----

-----**12. 3.ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DE 2013**-----

-----Sobre o assunto foi presente informação da Secção de Contabilidade, datada de 19/3/2013, com registo interno n.º 997, que se apensa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião. -----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com duas abstenções dos Senhores Vereadores Victor Santos e João Duarte, aprovar a 3.ª alteração ao orçamento de 2013. -----

-----13. CONCURSO PÚBLICO RELATIVO À EMPREITADA DA EN16 CELORICO DA BEIRA – LIMITE DO CONCELHO – GUARDA -----

-----ASSUNTO: APRESENTAÇÃO DE LISTA DE ERROS E OMISSÕES DO CADERNO DE ENCARGOS -----

-----Relativamente ao assunto foi presente informação do júri do concurso da empreitada em epígrafe, que se anexa à presente ata e fica arquivada em pasta respeitante a esta reunião. -----

-----O júri propõe que o Executivo delibere: -----

-----1. Aprovar a prorrogação do prazo para a apresentação das propostas até ao dia 21 de abril de 2013, ao abrigo do n.º 2, do artigo 64.º, do Código de Contratação Pública; -----

-----2. A aceitação dos erros aceites pela firma projetista, já que foi reconhecida pela firma que elaborou o projeto a existência de erros no mesmo e a sua aceitação, conforme ofício com o registo de entrada n.º 2503, de 15/03/2013; -----

-----3. Não havendo obrigatoriedade de alterar o preço-base, manter o mesmo por se considerar que desta forma se defende o interesse público.--

-----A Câmara nos termos propostos pelo Júri do concurso deliberou, por maioria, com duas abstenções dos Senhores Vereadores Victor Santos e João Duarte:-----

-----1. Aprovar a prorrogação do prazo para a apresentação das propostas até ao dia 21 de abril de 2013, ao abrigo do n.º 2, do artigo 64.º, do Código de Contratação Pública; -----

-----2. Aceitar os erros aceites pela firma projetista, já que foi reconhecida pela firma que elaborou o projeto a existência de erros no mesmo e a sua aceitação; -----

-----3. Manter o preço-base, por considerar que desta forma se defende o interesse público. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

-----Os textos das deliberações constantes desta ata foram aprovados em minuta para efeitos de eficácia imediata. -----

-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram 13h e 45m e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada, pelo Senhor Presidente e por mim, Margarida Maria Gonçalves Amaro, que a secretariei. -----

